

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007 CORE/AL

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ALAGOAS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional de Alagoas

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007

SUMÁRIO

1. Identificação.....	3
2. Responsabilidades institucionais.....	4
2.1. Papel da Core-AL na execução das Políticas Públicas.....	4
3. Estratégia de atuação.....	5
4. Gestão de programas e ações.....	19
4.1. PROGRAMAS.....	19
4.1.1. Programa 0122 – Saneamento Ambiental Urbana.....	19
4.1.1.1. Dados gerais do programa.....	19
4.1.1.2. Principais ações do programa.....	20
4.1.1.3. Gestão das ações.....	20
4.1.1.3.1. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	20
4.1.1.3.1.1. Dados gerais da ação.....	20
4.1.1.3.1.2. Resultados da ação.....	21
4.1.1.3.2. Ação 3861 Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de água para prevenção e controle de agravos em muni- de até 30.000 habitantes.....	22
4.1.1.3.2.1. Dados gerais da ação.....	23
4.1.1.3.2.2. Resultados da ação.....	23
4.1.2. Programa 0150 – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas....	24
4.1.2.1. Dados gerais do programa.....	24
4.1.2.2. Principal ação do programa.....	25
4.1.2.3. Gestão da ação.....	25
4.1.2.3.1. Ação 6501 – Atenção à saúde dos povos indígenas.....	25
4.1.2.3.1.1. Dados gerais da ação.....	25
4.1.2.3.1.2. Resultados da ação.....	26
4.1.3. Programa 1287 – Saneamento Rural.....	27
4.1.3.1. Dados gerais do programa.....	27
4.1.3.2. Principal ação do programa.....	27
4.1.3.3. Gestão da ação.....	27
4.1.3.3.1. Ação 7684	27
4.1.3.3.1.1. Dados gerais da ação.....	27
4.1.3.3.1.2. Resultados da ação.....	28
5. Desempenho Operacional.....	29
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	32
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	33
8. Operações de fundos.....	33
9. Conteúdos específicos.....	33
9.1. Sobre demonstrativo de tomadas de contas especiais.....	33
9.2. Sobre demonstrativos de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	33
9.3. Sobre despesas com cartão de crédito cooperativo.....	33
9.4. Sobre recomendações de órgãos de controle.....	37
9.5. Sobre demonstrativos de transferências.....	37
9.6. Sobre atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	37

1. Identificação

Nome Completo da Unidade e Sigla	Fundação Nacional de Saúde – Funasa – Coordenação Regional de Alagoas.	
Natureza Jurídica	Fundação do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Saúde	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	A Funasa foi instituída no disposto do Art. 14 da Lei nº 8.029 DOU de 12-04-1990. Estatuto homologado pelo Decreto nº 4.727 DOU de 09-06-2003. Regimento Interno apoiado pela seguinte legislação: Portaria nº 1.776 DOU de 08.09.2003 com ultima alteração pela Portaria nº 1.869 DOU de GM/MS de 07-08-2007.	
CNPJ	26.989.350/0015-11	
Nome e Código no SIAFI	Funasa código SIAFI 255.002	
Código da UJ titular do Relatório	255.002	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Endereço completo da sede	Avenida Durval de Goes Monteiro, 6122, Tabuleiro dos Martins, Maceió – Alagoas, CEP 57.080.000, telefone 82-3241-8332, fax 82-3241-6722.	
Endereço da página institucional na internet	www.funasa.gov.br e e-mail coreal.gab@funasa.gov.br .	
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Saúde e Saneamento	
Tipo de Atividade	Função 10 – Saúde: Atenção Básica, Suporte Profilático e Terapêutico, Vigilância Epidemiológica e Alimentação e Nutrição. Função 17 – Saneamento: Saneamento Básico Rural e Saneamento Básico Urbano.	
Unidade gestora utilizada no SIAFI	Nome	Código
	Funasa	36.211

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. A Coordenação Regional da Funasa em Alagoas – Core-AL, tem a responsabilidade de desenvolver os dois programas de governo que constam de sua Missão, ou seja, “realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios de Alagoas com prioridade para aqueles de até 50 mil habitantes e atenção integral à saúde dos povos indígenas de Alagoas e Sergipe”.

2.1.1. Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas de Alagoas e Sergipe:

Programa		Ações	
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	6501	Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.
1287	Saneamento Rural	7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para prevenção e controle de agravos

A Core-AL através do Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas e Sergipe – Dsei AL-SE, coordena 08 equipes constituídas de médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde que realizam atenção básica de saúde em 19 aldeias indígenas com uma população cadastrada de 11.368 índios.

Em 2007 as atividades desenvolvidas tiveram como resultados positivos a excelente cobertura vacinal na população indígena de 0 a 5 anos, o controle da tuberculose, a vigilância alimentar e nutricional, saúde bucal, assistência farmacêutica e a manutenção do coeficiente de mortalidade infantil dentro dos parâmetros esperados.

No saneamento em áreas indígenas em 2007 mantivemos em plena operação 13 sistemas de abastecimento de água, 02 sistemas de esgotamento sanitário e 60 % de cobertura de módulos sanitários.

Os recursos para o pagamento das equipes multi-profissionais são repassadas fundo a fundo para os municípios onde existem índios e a Core-AL através do Dsei coordena as atividades da Assistência à Saúde, existe uma ótima parceria com todos esses municípios envolvidos para viabilizar essa prestação de serviços.

2.1.2. Saneamento Urbano e Rural

Programa		Ações	
0122	Saneamento Ambiental Urbano	2272	Gestão e Administração do Programa
0122	Saneamento Ambiental Urbano	3861	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água para a prevenção e controle de agravos em municípios de até 30.000 habitantes.

Apesar das grandes dificuldades que descreveremos nos itens a seguir a Core-AL através da Divisão de Engenharia de Saúde Pública aprovou a conclusão das obras de três sistemas de abastecimento de água, uma ampliação de sistema público de água, 779 ligações de água à rede pública, cinquenta e uma unidades habitacionais, sessenta e sete módulos sanitários.

3. Estratégia de Atuação

3.1. Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas de Alagoas e Sergipe:

No Plano Operacional 2007 da Core-AL estão previstas as seguintes ações prioritárias para o Dsei AL-SE:

3.1.1.

Ação	Implementação do Programa de DST/AIDS
Meta	Implementar ações de prevenção e controle das DST/HIV e Aids em 06 pólos bases de assistência à saúde do Dsei AL-SE
Resultados de 2007	Foram implementadas essas ações nos 06 pólos programados e foram realizados os seguintes registros: 09 casos de Aids monitorados e 75 casos de outras DST's notificados.

3.1.2

Ação	Estruturação e implantação das ações e serviços de Assistência Farmacêutica
Meta	Ampliar espaços físicos para implementação das ações de assistência farmacêutica no Dsei AL-SE.
Resultados de 2007	Ver análise crítica a seguir
Análise Crítica	A Assistência Farmacêutica com espaço físico insuficiente e inadequado inclusive para a central de abastecimento farmacêutico deste Dsei, como também de algumas farmácias básicas nos pólos bases. Foi elaborado Pedidos de Bens e Serviços - PBS - em 2007 para reestruturação da central de abastecimento farmacêutico e das farmácias básicas nos pólos bases no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mas por dificuldades administrativas diversas não chegaram realizar os processos licitatórios e terminou com a devolução dos recursos. Foi realizado em 2007 somente dois contratos com as farmácias comerciais para fornecer medicamentos para a população indígena, em virtude de não se encontrar farmácias legalizadas perante a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual e com a Anvisa - MS.

3.1.3.

Ação	Intensificação das ações de imunização nas áreas indígenas
Meta	Alcançar cobertura vacinal de 90% para menores de 05 anos de idade nas vacinas Antipoliomielite, Tetra/DTP, Hepatite B, BCG (tuberculose) nas áreas indígenas de AL-SE.
Resultados de 2007	BCG (tuberculose) = 99% Tetraivalente = 91 % Antipoliomielite = 95 % Hepatite B = 94 %

3.1.4.

Ação	Implementação das ações e serviços de saúde bucal
Meta	Implementar as ações e serviços de saúde bucal no Dsei AL-SE
Resultados de 2007	As ações foram implementadas e os resultados práticos foram os seguintes: Atendimento clínico 3.526 Aplicação de selantes 545 Restaurações 2.488 Exodontias 1.273 Higiene bucal supervisionada 10.887 Aplicação de flúor gel 5.424 Cremes dentais distribuídos 4.298 Escovas dentais distribuídas 5.161 Atividades de educação e saúde 303 Visitas domiciliares 2.468 Atenção básica concluída 491
Análise Crítica	Os serviços de saúde bucal implantado são freqüentemente comprometidos devido à falta de água por causa de defeitos nos sistemas de abastecimento de água. Em suas programações tanto no Plano Operacional da Core-AL quanto no Plano Distrital estão previstas supervisões técnicas multidisciplinares, no mínimo de 04 por ano para cada pólo base, entretanto há bastante tempo não se consegue cumprir esta programação devido principalmente aos poucos recursos destinados para diárias de deslocamento de pessoal.

3.1.5.

Ação	Implementação das ações de atenção integral a saúde da mulher e da criança nas áreas indígenas
Meta	Implementar ações de atenção à saúde da mulher e da criança no Dsei de AL-SE
Resultados de 2007	Ações implementadas e os resultados práticos são: Gestantes inscritas no pré-natal 383 Amamentação até seis meses de idade 433 Mortalidade materna 01 óbito

	Lâminas colhidas para controle de câncer cérvico-uterino	774
	Crianças inscritas no programa crescimento e desenvolvimento	910
	Coefficiente de mortalidade infantil	39,6/1.000
Análise Crítica	O Dsei enfrenta problemas em relação a Recursos Humanos, trata-se das questões jurídicas trabalhistas do pessoal lotado nos pólos base que são contratados através dos municípios para atuarem nas aldeias e no próprio Dsei. Esse pessoal continua com situação indefinida do ponto de vista da legalidade trabalhista. Provavelmente devido a esta situação existe uma rotatividade freqüente de pessoal principalmente de médicos e enfermeiros o que prejudica todo serviço, desde o atendimento, passando pela organização do serviço, falta de compromisso de alguns profissionais em relação aos programas de saúde implantados, repasse de informações incorretas, etc. Falta de algumas categorias profissionais como psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, nutricionistas e assistentes de administração na maioria das equipes multidisciplinares para a realização de atividades referentes a programas específicos.	

3.1.6

Ação	Intensificação das ações de controle da Tuberculose Pulmonar positiva na população indígena de AL-SE	
Meta	Manter sob controle a incidência de Tuberculose Pulmonar tendo como referência o índice de 35 casos /100.000 habitantes.	
Resultados de 2007	17 / 100.000.	
Análise Crítica	Esse indicador quanto mais perto de zero / 100.000 significa que a patologia está sob controle.	

3.1.7.

Ação	Construção, ampliação e adequação dos estabelecimentos de saúde em áreas indígenas de AL-SE.	
Meta	Construir 7, ampliar 3 e equipar 7 unidades de saúde	
Resultados de 2007	Meta não cumprida devido à falta de recursos orçamentários.	

3.1.8.

Ação	Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas de AL-SE	
Meta	Implementar a Vigilância Alimentar e Nutricional no âmbito do Dsei AL-SE	
Resultados de 2007	A Vigilância foi implementada e os resultados práticos são:	
	Crianças menores de 5 anos pesadas (2 x ano)	3.666
	Peso muito baixo	1%

	Peso baixo	6%
	Risco nutricional	11%
	Peso normal (eutrófico)	77%
	Risco de Sobrepeso	5%
Análise Crítica	Existe uma parceria com Universidade Federal de Alagoas e Pastoral da Criança para desenvolvimento de ações para as crianças de risco.	

3.2. Saneamento Urbano e Rural

Essas ações são de atribuição da Divisão de Engenharia de Saúde Pública e suas atividades são baseadas a partir do repasse de recursos pela Funasa Presidência (Brasília) através de convênios que são firmados com os municípios com população de até 50.000 habitantes e Governo do Estado para execução de obras de saneamento ambiental com as seguintes ações:

3.2.1. Análise técnica, aprovação e acompanhamento de projetos para celebração de convênios com municípios e estado visando à execução de obras de saneamento, tais como:

- ❖ Abastecimento de água;
- ❖ Esgotamento sanitário;
- ❖ Resíduos sólidos;
- ❖ Melhorias sanitárias domiciliares;
- ❖ Melhorias habitacionais para o controle de Doença de Chagas;
- ❖ Água na escola.

3.2.2. Situação dos Convênios existentes no âmbito da Core-AL, firmados entre os anos de 2002 a 2006 vigentes em 2007.

2002

Nº	Município	Tipo de Obra	Situação Atual
01	Cajueiro	Água	Sem informação
02	Colônia de Leopoldina	Água	Aguardando Prestação de Contas
03	Igreja Nova	Água	Falta parecer técnico final e prestação de contas
04	São Miguel dos Campos	Água	Aplic Saldo Financeiro
05	*GE-Seinfra-Santana Mundaú	Esgoto	Paralisada falta ultima parcela
06	GE – São José da Lage	Esgoto	Paralisada falta repasse da defasagem financeira
07	GE - Messias	Esgoto	Sem informação
08	Arapiraca	Esgoto	Vigência vencida, sem funcionar.
09	São José da Lage	**MH	Sem informação

10	Branquinha	***MSD	Sem informação
11	Mata Grande	MSD	Sem informação
12	Mínador do Negrão	MSD	Sem informação
13	Santana do Mundaú	MSD	Em andamento
14	Traipu	MSD	Falta parecer técnico final

*GE = Governo do Estado ** Melhoria da habitação *** Melhoria Sanitária Domiciliar

2003

Nº	Município	Tipo de Obra	Situação Atual
01	Lagoa da Canoa	Água	Paralisado, falta ultima parcela.
02	Poço das Trincheiras	Água	Paralisado, falta ultima parcela.
03	São José da Tapera	Água	Paralisado, falta ultima parcela.
04	São Sebastião	Água	Falta parecer técnico final e prestação de contas
05	Coruripe	Esgoto	Falta licença de operação
06	Ibateguara	Esgoto	Não contempla etapa útil
07	Joaquim Gomes	Esgoto	Sistema sem funcionar. Aguarda prestação de contas
08	Messias	Esgoto	Sem informações
09	Taquarana	Esgoto	Falta parecer técnico final e prestação de contas
10	Poço das Trincheiras	Resíduos Sólidos	Paralisada, falta ultima parcela e reformulação do PT.
11	Arapiraca	MH	Sem informações
12	Barra de São Miguel	MH	Sem informações
13	Ibateguara	MH	Sem informações
14	Marechal Deodoro	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas
15	Passo de Camaragibe	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas
16	Penedo	MH	Pendências diversas
17	Piaçabuçu	MH	Sem informações
18	Pilar	MH	Em andamento
19	São José da Lage	MH	Em andamento
20	Viçosa	MH	Sem informação
21	Cajueiro	MSD	Falta parecer técnico final e prestação de contas
22	Chã Preta	MSD	Sem informação
23	Girau do Ponciano	MSD	Paralisada e sem informação
24	Maragogi	MSD	Sem informação
25	Paulo Jacinto	MSD	Falta ART de fiscalização e execução
26	Quebrangulo	MSD	Sem informação
27	São José da Lage	MSD	Em andamento
28	Santana do Mundaú	MSD	Falta parecer técnico final e prestação de contas

2004

Nº	Município	Tipo de Obra	Situação Atual
01	GE-Casal-Seplan Maceió	Água	Não foram repassados recursos
02	Atalaia	Água	Em andamento, falta repassar a ultima parcela.
03	Cacimbinhas (1664/04)	Água	Em andamento
04	Cacimbinhas (1665/04)	Água	Em andamento
05	Carneiros (716/04)	Água	Falta repassar a ultima parcela
06	Carneiros (060/04)	Água	Em andamento
07	Flexeiras	Água	Paralisada
08	Igreja Nova	Água	Em andamento
09	Jacaré dos Homens (1668/04)	Água	Em andamento
10	Jacaré dos Homens (1998/04)	Água	Em andamento
11	Jaramataia	Água	Falta repasse da ultima parcela
12	Lagoa da Canoa	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
13	Major Isidoro (061/04)	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
14	Major Isidoro (914/04)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
15	Marechal Deodoro	Água	Falta parecer técnico final e prestação de contas
16	Maceió	Água	Paralisada, falta repasse de duas parcelas.
17	Murici (722/04)	Água	Paralisada, falta ultima parcela, reformulação do PT.
18	Murici (1251/04)	Água	Paralisada, falta repasse da ultima parcela.
19	Olho d'Água Grande	Água	Paralisada
20	Olivença	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
21	Pão de Açúcar (062/04)	Água	Em andamento
22	Pão de Açúcar (1997/04)	Água	Falta repasse da ultima parcela.
23	Paripueira	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
24	Roteiro	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
25	Santa Luzia do Norte	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
26	São José da Tapera (064/04)	Água	Não foram repassados recursos.
27	São José da Tapera (1671/04)	Água	Não iniciada, falta ultima parcela e inicio do repasse do convênio 064/04, só os dois juntos contemplam etapa útil.
28	Senador Rui Palmeira	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
29	Tanque d'Arca	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
30	Traipu	Água	Falta parecer técnico final e prestação de contas
31	Coruripe	Esgoto	Falta licença de operação, foi emitido parecer final.
32	Olho d'Água das Flores	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
33	Piranhas	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
34	Taquarana	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
35	União dos Palmares	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
36	Maceió	Resíduos Sólidos	Não foram repassados recursos

37	Marechal Deodoro	Resíduos Sólidos	Recursos repassados recentemente.
38	Arapiraca	MH	Em andamento
39	Barra de São Miguel	MH	Falta repassar a ultima parcela
40	Cajueiro	MH	Não foram repassados recursos
41	Capela (067/04)	MH	Aguardando prestação de contas
42	Capela (1309/04)	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas
43	Chã Preta	MH	Não foram repassados recursos
44	Feliz Deserto	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas
45	Major Isidoro	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
46	Marechal Deodoro	MH	Fora da SECAV, sem informação.
47	Murici	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
48	Olho d'Água das Flores	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas
49	Ouro Branco	MH	Em andamento
50	Paripueira	MH	Não foram repassados recursos
51	Pilar (073/04)	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
52	Pilar (1673/04)	MH	Paralisada, falta repasse da ultima parcela.
53	Santana do Ipanema	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
54	São José da Lage	MH	Não foram repassados recursos.
55	Arapiraca	MSD	Falta ultima parcela.
56	Atalaia	MSD	Falta ultima parcela.
57	Cacimbinhas	MSD	Paralisada.
58	Flexeiras	MSD	Falta parecer técnico final e prestação de contas
59	Jaramataia	MSD	Em andamento
60	Jundiá	MSD	Não foram repassados recursos
61	Limoeiro de Anadia	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
62	Marechal Deodoro	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
63	Olho d'Água do Casado	MSD	Em andamento
64	Paulo Jacinto	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
65	Piranhas	MSD	Em andamento

2005

Nº	Município	Tipo de Obra	Situação Atual
01	GE-Casal-Seinfra Maceió	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
02	Água Branca	Água	Em andamento, fase de conclusão.
03	Atalaia	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
04	Barra de São Miguel	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
05	Belém	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
06	Carneiros	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
07	Dois Riachos	Água	Em andamento, falta repasse ultima parcela.

08	Igreja Nova	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
09	Japaratinga	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
10	Lagoa da Canoa	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
11	Mata Grande	Água	Em andamento
12	Matriz de Camaragibe	Água	Em andamento
13	Murici	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
14	Novo Lino	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
15	Oliveira	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
16	Pão de Açúcar	Água	Em andamento
17	Paulo Jacinto	Água	Não iniciada
18	Penedo	Água	Não iniciada
19	Piaçabuçu	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
20	Pilar	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
21	Porto Calvo	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
22	Porto Real do Colégio	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
23	Quebrangulo	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
24	São Brás	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
25	São José da Lage	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
26	São José da Tapera	Água	Não iniciada.
27	São Luiz do Quitunde (1178/05)	Água	Em andamento
28	São Luiz do Quitunde (2538/05)	Água	Em andamento
29	São Miguel dos Campos	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
30	São Sebastião	Água	Não foram repassados os recursos.
31	Teotônio Vilela	Água	Não foram repassados os recursos.
32	Traipu	Água	Não iniciada.
33	GE-Casal-Seinfra – Cajueiro, Capela e Murici.	Esgoto	Paralisada. Aguardando repasse da 2ª e 3ª parcelas.
34	GE-Casal-Seinfra- Messias	Esgoto	Paralisada. Iniciada com recursos da contrapartida, aguardando repasse da Funasa.
35	Água Branca	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
36	Arapiraca	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
37	Barra de Santo Antônio	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
38	Colônia de Leopoldina	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
39	Ibateguara	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
40	Igreja Nova	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
41	Jacuípe	Esgoto	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
42	Maragogi	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
43	Olho d'Água das Flores	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
44	Passo de Camaragibe	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.

45	Pilar	Esgoto	Não iniciada
46	Quebrangulo	Esgoto	Em andamento, falta ultima parcela, reformulação PT
47	Viçosa	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
48	Jaramataia	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
49	Maceió	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
50	Mata Grande	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
51	Anadia	MH	Sem informação.
52	Arapiraca	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
53	Atalaia	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
54	Batalha	MH	Em andamento.
55	Branquinha	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas.
56	Cacimbinhas	MH	Em andamento.
57	Cajueiro	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
58	Canapi	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
59	Capela	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
60	Chã Preta	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
61	Coité do Nóia	MH	Em andamento.
62	Coruripe	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
63	Feira Grande	MH	Não foram repassados recursos.
64	Feliz Deserto	MH	Sem informações.
65	Flexeiras	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
66	Igreja Nova	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
67	Jacaré dos Homens	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
68	Major Isidoro	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas.
69	Marechal Deodoro	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
70	Murici	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas.
71	Olho d'Água do Casado	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
72	Ouro Branco	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
73	Pariconha	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
74	Penedo	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
75	Piaçabuçu	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
76	Pilar	MH	Em andamento. Falta repasse da ultima parcela.
77	Pindoba	MH	Sem informações.
78	Rio Largo	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
79	São José da Lage	MH	Em andamento
80	São Luiz do Quitunde	MH	Sem informações
81	Taquarana	MH	Falta parecer técnico final e prestação de contas.
82	Campestre	MSD	Em andamento
83	Campo Alegre	MSD	Não foram repassados recursos.

84	Canapi	MSD	Em andamento
85	Coqueiro Seco	MSD	Em andamento
86	Coruripe	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
87	Feliz Deserto	MSD	Paralisado, aguardando repasse da 2ª e 3ª parcelas.
88	Inhapi	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
89	Japaratinga	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
90	Jequiá da Praia	MSD	Não iniciada, falta repasse de recursos.
91	Lagoa da Canoa	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
92	Mata Grande	MSD	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
93	Matriz de Camaragibe	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
94	Murici	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
95	Novo Lino	MSD	Não foram repassados recursos.
96	Pilar	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
97	Poço das Trincheiras	MSD	Em andamento.
98	Porto Calvo	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
99	Porto Real do Colégio	MSD	Não foram repassados recursos.
100	Rio Largo	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
101	São José da Lage	MSD	Em andamento.
102	São Miguel dos Campos	MSD	Não iniciada.

2006

Nº	Município	Tipo de Obra	Situação Atual
01	Água Branca	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
02	Flexeiras	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
03	Igreja Nova	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
04	Jaramataia	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
05	Mar Vermelho	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
06	Marechal Deodoro	Água	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
07	Matriz de Camaragibe (351)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
08	Matriz de Camaragibe (2927)	Água	Não houve aprovação técnica do projeto.
09	Messias	Água	Não houve aprovação técnica do projeto.
10	Monteirópolis (242)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
11	Monteirópolis (287)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
12	Murici (353)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
13	Murici (2928)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
14	Pindoba	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
15	Porto Calvo (359)	Água	Não iniciada.
16	Porto Calvo (3005)	Água	Não houve aprovação técnica do projeto.
17	Porto Calvo (2929)	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.

18	Quebrangulo	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
19	Rio Largo	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
20	São José da Lage	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
21	São José da Tapera	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
22	São Luiz do Quitunde	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
23	São Miguel dos Campos	Água	Não iniciada.
24	Taquarana	Água	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
25	Água Branca	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
26	Arapiraca	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
27	Atalaia	Esgoto	Não deu entrada.
28	Branquinha	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
29	Chã Preta	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
30	Coqueiro Seco	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
31	Japaratinga (344)	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
32	Japaratinga (2561)	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
33	Japaratinga (3006)	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
34	Murici	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
35	Palestina	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
36	Pão de Açúcar	Esgoto	Não foram repassados recursos.
37	Pindoba	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
38	Rio Largo	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
39	Santana do Ipanema (2527)	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
40	Santana do Ipanema (278)	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
41	São Luiz do Quitunde	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
42	Tanque d'Arca	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
43	União dos Palmares	Esgoto	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
44	Messias	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
45	Murici (266)	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
46	Murici (1265)	Resíduo Sólido	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
47	Batalha	MH	Não foram repassados recursos.
48	Boca da Mata	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
49	Branquinha	MH	Aguardando prestação de contas final.
50	Carneiros	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
51	Chã Preta	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
52	Coité do Nóia	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
53	Coqueiro Seco	MH	Não foram repassados recursos.
54	Delmiro Gouveia	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
55	Feira Grande	MH	Paralisada, falta repasse da ultima parcela.
56	Feliz Deserto	MH	Aguardando prestação de contas final.

57	Flexeiras	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
58	Igreja Nova	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
59	Jacaré dos Homens	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
60	Japaratinga	MH	Não foram repassados recursos.
61	Junqueiro	MH	Aguardando prestação de contas final.
62	Lagoa da Canoa	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
63	Limoeiro de Anadia	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
64	Maravilha	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
65	Marechal Deodoro	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
66	Messias	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
67	Monteirópolis	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
68	Murici	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
69	Olho d'Água das Flores	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
70	Olho d'Água Grande	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
71	Ouro Branco	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
72	Passo de Camaragibe	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
73	Paulo Jacinto	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
74	Porto Calvo	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
75	Porto Real do Colégio	MH	Não foram repassados recursos.
76	Quebrangulo	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
77	Rio Largo	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
78	Santana do Mundaú	MH	Não foram repassados recursos.
79	São Brás	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
80	São José da Lage (367)	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
81	São José da Lage (2562)	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
82	São Luiz do Quitunde	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
83	Senador Rui Palmeira	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
84	Teotônio Vilela	MH	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
85	Viçosa (1185)	MH	Não iniciada, falta repasse de recursos.
86	Viçosa (373)	MH	Não foram repassados recursos.
87	Batalha	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
88	Branquinha	MSD	Aguardando prestação de contas final.
89	Cacimbinhas	MSD	Aguardando prestação de contas final.
90	Japaratinga	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
91	Lagoa da Canoa	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
92	Limoeiro de Anadia	MSD	Não houve aprovação técnica do projeto.
93	Matriz de Camaragibe	MSD	Não foram repassados recursos.
94	Porto Real do Colégio	MSD	Não foram repassados recursos.
95	São Brás	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.

96	São Luiz do Quitunde	MSD	Em andamento, falta repasse da ultima parcela.
97	São Miguel dos Campos	MSD	Não iniciada.

Programa de Água nas escolas iniciados até o ano de 2006 e vigentes em 2007

Nº	Município	Ação	Situação Atual
01	Novo Lino	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
02	Belém	Água na Escola	Não deu entrada no projeto.
03	Branquinha	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
04	Canapi	Água na Escola	Não foram repassados os recursos
05	Estrela de Alagoas	Água na Escola	Não foram repassados os recursos
06	Girau do Ponciano	Água na Escola	Em andamento
07	Igaci	Água na Escola	Não foram repassados os recursos
08	Inhapi	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
09	Murici	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
10	Olho d'Água do Casado	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
11	Palmeira dos Índios	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
12	Poço das Trincheiras	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
13	Rui Palmeira	Água na Escola	Em análise, não houve aprovação técnica do projeto.
14	Traipu	Água na Escola	Processo na CGU. Não iniciada.

3.2.3.

Análise Crítica do Desempenho das Ações da Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp

Pelo apresentado fica muito difícil você determinar uma meta precisa para ser alcançada em determinado período, o ideal é que todas essas obras já estivessem concluídas, não obstante vários são os motivos que impedem esse desejo, os quais enumeramos a seguir:

3.2.3.1.

Insuficiência de Engenheiros para realizar análise de projetos, acompanhamento de convênios, supervisão e avaliação dos serviços em áreas indígenas. Existem 05 engenheiros da Funasa para desenvolver todas essas atividades.

3.2.3.2.

Insuficiência de pessoal de apoio principalmente os técnicos em saneamento (inspetores e auxiliares) que auxiliam sobremaneira os engenheiros.

3.2.3.3.

Recursos de diárias para deslocamento do pessoal muito aquém do necessário para atender toda demanda de serviços. Se levarmos em conta que existem 306 convênios do período até 2006 e que em 2008 a previsão é de mais 100 (considerando que cada convênio necessita de no mínimo 04 visitas técnicas) e mais o acompanhamento de 14 escolas e supervisões às áreas indígenas contabilizamos a necessidade de 2.670 diárias. Considerando o valor da

diária no mês de dezembro de 2007 (nível superior R\$=103,08 e nível médio R\$=85,92) o montante para **2008** é de **R\$=504.630,00**. Atente que o programado para toda Core-AL em **2007** foi recursos na ordem de **R\$=510.000,00** para diárias. Essa informação traduz o quanto fica prejudicado o desempenho da equipe de engenharia de saúde pública.

3.2.3.4.

Frota de veículos da Core-AL insuficiente e às vezes ocorre também a indisponibilidade de combustível.

3.2.3.5.

Equipamentos de informática também insuficientes. Os existentes são na sua grande maioria inadequados, sem equipe de manutenção, 14 microcomputadores para 22 técnicos, 14 pontos de internet, todas as máquinas com vírus e no mínimo 5 anos sem *up grade*, sistema operacional windows 98, apenas 07 impressoras em funcionamento e 01 *scanner* com defeito.

3.2.3.6.

Equipamentos de apoio reduzido e com defeitos, existem 04 máquinas fotográficas para registrar matérias de todos convênios, nenhum *gps*, nenhum *fax-simile*, nenhuma *fotocopiadora*, nenhum *pen-drive*.

3.2.3.7.

Burocracia excessiva nos processos de licitação.

3.2.3.8.

Alguns municípios não cumprem os prazos que se fazem necessários para atender os objetivos dos convênios (projeto técnico, realização da obra, documentação solicitada, etc) o que gera um atraso significativo para as conclusões das obras.

3.2.3.9.

Preocupação com o que pode acontecer com a saída dos procuradores da sede da Core-AL já que esses auxiliavam com eficiência as questões jurídicas dos convênios e também se ressalte o bom relacionamento que eles tinham com as diversas Divisões e Setores.

3.2.3.10.

Observa-se a falta de manutenção do prédio da Core-AL: pintura, reparos diversos, instalações elétricas, hidráulicas e ar-condicionados.

3.2.3.11.

A modalidade de repasse de recursos financeiros em convênios de Melhorias Habitacionais e Sanitárias, cujos valores raramente ultrapassam os R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), divididos em três parcelas de 40%, 40% e 20% respectivamente, com vigência inicial de 12 meses e prorrogáveis por mais 12 meses na 2ª e 3ª parcelas. Para entender melhor essas prorrogações: supomos que o convênio tem como objetivo a construção de 40 casas, então o limite para a conclusão das obras é de 3 anos. Essa situação tem causado dificuldades de ordem administrativa, considerando o longo tempo para a conclusão das obras pelo proponente, inclusive gerando despesas adicionais no acompanhamento com o deslocamento dos técnicos. Sugerimos então que os convênios com valores supracitados ou

equivalentes, os repasses sejam em uma única parcela e concedido uma vigência técnica compatível com o tempo necessário para a execução da obra. Com isso, têm-se as demandas de serviços diminuídas e conseqüentemente mais tempo a ser utilizado em outras atividades.

3.2.3.12.

Some-se a tudo isto o desestímulo da maioria dos servidores devido a diversos fatores acumulados ao longo do tempo: falta de uma política de desenvolvimento de recursos humanos, não pagamento de algumas causas judiciais, congelamento de salários, condições de trabalho, a última vez que foram realizados exames periódicos de saúde foi no ano de 2000, já não se lembram de quando receberam uniformes de trabalho, etc.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1. Programas principais operacionalizados pela Core-AL

- ❖ Programa 0122 – Saneamento Ambiental Urbano
- ❖ Programa 0150 – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
- ❖ Programa 1287 – Saneamento Rural

4.1.1. Programa 0122 – Saneamento Ambiental Urbano

4.1.1.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário
Gerente do Programa	Ministério das Cidades
Gerente Executivo	Não informado pelo Ministério das Cidades.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de cobertura de serviços urbanos de abastecimento de água (%) Taxa de cobertura de serviços urbanos de coleta de esgoto (%) Taxa de tratamento de esgoto coletados (%)
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em área de habitação sub-normal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

4.1.1.2. Principais Ações do Programa 0122 desenvolvidas pela Core-AL

Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Ação: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes.

4.1.1.3. Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Presidência da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Cooperação Técnica em Saneamento - CGCOT
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Responsável Regional:	Roosevelt Patriota Cota
Responsável Técnico Regional:	Luiza Rosa Luz Surica

4.1.1.3.1.2. Resultados de 2007.

01. Despesas com serviços administrativos:	
Serviços de apoio administrativo, Técnico Operacional.....	R\$ 99.461,50
Serviços de Limpeza e Conservação.....	R\$ 230.506,62
Serviços de Vigilância Ostensiva.....	R\$ 253.017,28
Serviços de Manutenção e Conservação de Bens Imóveis....	R\$ 222.652,06
TOTAL	R\$ 805.627,46
02. Despesas com pessoal ativo:	
As despesas relativas a pessoal, temos a informar que todos os processos de apropriações e pagamentos são realizados pela Presidência da Funasa em Brasília – DF.	
03. Manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros:	
Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos.....	R\$ 38.548,18
Aquisição de peças para manutenção de veículos (próprios)....	R\$ 88.451,54
Serviços de manutenção de veículos (próprios).....	R\$ 30.893,55
TOTAL	R\$ 157.893,27
04. Manutenção e Conservação de Imóveis próprios, cedidos ou alugados:	
Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis.....	R\$ 6.916,87
Serviços de manutenção de bens imóveis.....	R\$ 470,00
TOTAL	R\$ 7.386,87
05. Despesas de Viagens:	
Diárias com servidores.....	R\$ 521.317,90
Diárias com colaboradores eventuais.....	R\$ 34.949,29
Passagens (locação de meio de transporte)....	R\$ 17.700,00
TOTAL	R\$ 573.967,19
06. Promoção de Eventos para Discussão, Formulação e Divulgação de Políticas Públicas:	
Reunião na Codevasf em Penedo-AL	
Reunião na aldeia indígena Kariri-xoco com Funai em Porto Real do Colégio-AL	
Reunião no assentamento de Pindoba II em União dos Palmares-AL	
Reunião na Universidade Federal de Alagoas	
Reunião na Associação dos Municípios de Alagoas - AMA	
Evento para discutir saneamento indígena – 09-04-2007	
Oficina para abordar assunto sobre coleta de lâminas para prevenção câncer uterino 13 a 16-04-07	
Necessidade Quilombolas 20-04-2007	
Previdência Pública e Privada 26-04-2007	
Reunião com o Ministério das Comunicações sobre Projeto Índio On-line maio-2007	
Reunião com Pólo de Educação Permanente em Saúde de Alagoas julho 2007	
Encontro sobre educação ambiental outubro-2007	
Reunião sobre combate a Dengue outubro-2007	
Oficina sobre as ações de saneamento 05 a 10-03-2007	
Oficina de DST e AIDS 22 a 24 de março de 2007	
Seminário sobre contratos e convênios 16 a 18 de abril de 2007	
Oficina de Planejamento para Educação em Saúde 01 a 06 de abril de 2007	
II Encontro Nordeste de Educação Ambiental 15 a 18 de outubro de 2007	
Vigilância Alimentar e Nutricional 22 a 26 de outubro de 2007	
Fortalecimento em Educação em Saúde 06 a 09 de novembro de 2007	
Curso técnico em saneamento ambiental 26-11 a 02-12 de 2007	

07. Produção e Edição de Publicações para Divulgação e Disseminação de Informações:

Publicação de cinco release na intranet da Funasa

Publicação de 40 release em jornais locais

40 matérias enviadas para Ascom-Presidência para publicação.

Para atender as instruções da CGU que manda discorrer sobre os gastos, demonstrando suas necessidades e importância, atentando que a finalidade desta ação é a constituição de um centro de custos dos programas e as despesas compreendem o custeio de diversas atividades inerentes às ações da Core-AL, procuraremos fazer a seguir essa correlação:

- ❖ Para o item 01, as despesas são para oferecer condições de trabalho para as equipes da Core-AL desenvolverem não só as atividades de Dsei e Engenharia, bem como para as Divisões de Administração e Recursos Humanos.
- ❖ O item já foi explicado acima.
- ❖ A frota de veículos tem a finalidade de transportar os técnicos para todo o Estado de Alagoas, ou seja, os engenheiros para acompanhamento de convênios com municípios e obras e manutenção do saneamento básico nas aldeias indígenas; os técnicos do Dsei para: supervisões das equipes multi-profissionais dos pólos bases, campanhas de vacinas, vigilância alimentar e nutricional, reuniões com comunidades indígenas através de seus Conselhos Locais, assistência farmacêutica, distribuição de insumos logísticos e equipamentos para os serviços de saúde das aldeias e transporte de índios doentes para exames e internamentos hospitalares.
- ❖ O item 04 como o item 01 serve para dar apoio logístico e condições de trabalho.
- ❖ O item 05 trata do custeio previsto em Lei para o deslocamento de servidores a serviço.
- ❖ O item 06 indica os eventos que participamos em 2007 sobre temas relacionados com nossa Missão Institucional e que serve para trocarmos conhecimentos com outras instituições e estabelecermos parcerias visando os nossos objetivos comuns.
- ❖ No 07 trata-se da divulgação dos trabalhos executados pela Funasa-AL no âmbito do saneamento ambiental, assistência à saúde indígena, eventos da área de recursos humanos e administrativos. As matérias elaboradas são enviadas para assessoria de comunicação através do site nimp@funasa.gov.br, para serem circuladas na intranet Funasa, Ministério da Saúde e Imprensa Geral e quem paga esta conta é a Presidência da Funasa em Brasília.

4.1.1.3.2. Ação: 3861 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes.

4.1.1.3.2.1. Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Orçamentária
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação, ampliação e/ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Presidência da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Engenharia e Arquitetura - CGEAR
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Responsável Regional:	Roosevelt Patriota Cota
Responsável Técnico Regional:	Josival Salgueiro de Oliveira

4.1.1.3.2.2. Resultados de 2007.

<p>01. Implantação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prefeitura Municipal de Junqueiro – Convênio 2279/01 – Valor Funasa R\$ 600.000,00 - 349 famílias beneficiadas; 2. Prefeitura Municipal de Cajueiro – Convênio 877/02 – Valor Funasa R\$ 139.996,75 – 74 famílias beneficiadas; 3. Prefeitura Municipal de Traipu – Convênio 1667/04 – Valor Funasa R\$ 319.712,00 – 147 famílias beneficiadas.
<p>02. Ampliação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prefeitura Municipal de Roteiro – Convênio 2568/01 – Valor Funasa R\$ 370.000,00 – 250 famílias beneficiadas.
<p>04. Ligações domiciliares de água à rede pública:</p> <p style="text-align: center;">779 unidades ligadas à rede.</p>
<p>05. Manutenção de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água:</p> <p style="text-align: center;">Não houve manutenções em 2007.</p>

O principal critério para celebração desses convênios diz respeito à população urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em área de habitação sub-normal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte, levando em consideração os perfis epidemiológicos da área em questão.

A Divisão de Engenharia da Core-AL – Diesp – não vê muitas vantagens nessa modalidade de repasse de recursos, ou seja, os recursos são repassados pela Funasa-

Brasília para os municípios através de convênios, a partir daí o acompanhamento das obras é realizado pela equipe de engenheiros que se deparam com as dificuldades apontadas nas páginas de 17 a 19 deste relatório.

A Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 veio para regulamentar às execuções dessa natureza de convênios. Com as mudanças, os municípios terão de elaborar o planejamento das ações na área de saneamento. Isto se tornou obrigatório para a concessão do direito de prestação do serviço e alocação de recursos. Na prática, implica dizer que os municípios que apresentarem o projeto e o planejamento adequado a Funasa, executarão as obras com mais facilidade e rapidez.

- ❖ O convênio de Junqueiro-AL 2279/01 encontra-se no setor de tomada de conta especial para ser instaurado processo por motivo de não apresentação da prestação de contas;

- ❖ O do município de Cajueiro-AL 877/02 foi encerrado em 23-06-2006 e enviado para Auditoria/Assessoria técnica na Presidência da Funasa em Brasília, nesta data;

- ❖ O convênio de nº 1667/04 do município de Traipu-AL, não está inadimplente ainda, foi notificado e aguarda-se resposta da prefeitura e documentos de comprovações complementares para sanar o problema. Foi aprovado R\$ 255.770,00 e a aprovar R\$ 63.942,00.

- ❖ O do município de Roteiro nº 2568/01 teve sua aprovação final e encontra-se arquivado.

4.1.2. Programa 0150 – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.

4.1.2.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.
Gerente do Programa	Ministério da Justiça
Gerente Executivo	FUNAI
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Incidência parasitária de malária na população indígena de 1/1000. Taxa de famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social (%) Coeficiente de incidência de tuberculose bacilífera na população indígena (35/100.000) Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano. (60/1.000)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas.

4.1.2.2. Principal Ação do Programa 0150 desenvolvida pela Core-AL

Ação: 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

4.1.2.3. Gestão da Ação

4.1.2.3.1. Ação: 6501 - Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de serviços de saúde visando à promoção, prevenção e recuperação da saúde das comunidades indígenas.
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEIs: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos); deslocamento das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial), incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos-base e das casas de saúde do índio (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos). Desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisas sobre saúde indígena; e Qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agentes indígenas de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEIs; realização de educação continuada para as equipes de saúde indígena; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos dos DSEI's em vigilância em saúde; capacitação para uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Presidência da Fundação Nacional de Saúde
Unidade Executora	Departamento de Saúde Indígena - Desai
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Atenção à Saúde Indígena - CGASI
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Responsável Regional:	Roosevelt Patriota Cota
Responsável Técnico Regional:	Ronaldo Francisco Pereira da Silva

4.1.2.3.1.2. Resultados de 2007.

Além dos resultados citados quando apresentamos a Estratégia de Atuação das páginas de 05 a 08 inclusive com comentários sobre cada ação/meta, informamos os outros produtos das atividades realizadas:

Consultas Médicas		15.880
Visitas domiciliares por médico		1.624
Procedimentos diversos por médico		2.758
Reunião com índios por médico		222
Consultas de Enfermagem		13.363
Visitas domiciliares de enfermagem		3.080
Procedimentos diversos pela enfermagem		8.908
Reuniões com índios por enfermagem		464
Visitas domiciliares pelo agente indígena de saúde - AIS		19.824
Procedimentos diversos pelo AIS		30.500
Reuniões com clientelas		453
Pacientes referenciados para consultas		2.003
Pacientes referenciados para exames complementares		5.427
Paciente encaminhados para internações hospitalares		232
Usuários de álcool de outras drogas controlados		90
Pacientes com patologias psiquiátricas acompanhados		246
Comemoração do dia do índio 19-04-2007		
Oficina de DST / AIDS 22 a 24-03-2007 (Aracajú)		
Oficina de DST / AIDS 28 a 30-03-2007 (Recife)		
Vigilância Alimentar e Nutricional 22 a 26-10-2007		
Despesas com diárias	R\$	319.650,95
Despesas com materiais de consumo	R\$	166.942,39
Despesas com passagens rodoviárias	R\$	17.100,00
Despesas com serviços de terceiros pessoa física	R\$	32.111,15
Despesas com locação de mão de obra	R\$	198.082,44
Despesas com serviços de terceiros pessoa jurídica	R\$	213.470,61
Despesas com taxa de iluminação pública	R\$	800,00
Despesas com reconhecimento de dívidas	R\$	6.618,69
Despesas com aquisição de equipamentos	R\$	11.191,99

Alguns itens apontados na tabela são auto-explicativos. As visitas domiciliares são principalmente para atender aqueles doentes com dificuldades de locomoção; observação das residências hoje com prioridade para o programa da dengue; convocação de gestantes faltosas ao pré-natal; crianças com vacinas atrasadas; pesar crianças até 5 anos de idade; etc. Os procedimentos diversos dizem respeito a pequenas

cirurgias, curativos, aplicação de injeções, nebulização, acompanhamento do soro oral, etc. As reuniões é sempre para tratar de assuntos de saúde que mais se apresentam às comunidades em determinados momentos. Os pacientes referenciados para outros serviços a fim de se submeterem a consultas especializadas, exames complementares ou internações hospitalares são aqueles que a equipe multi-profissional não conseguiu resolver o problema no local.

Os usuários de álcool e os portadores de doenças psiquiátricas são de perto acompanhados por causa da alta incidência nas populações indígenas, não só em Alagoas mas em todo Brasil.

4.1.3. Programa 1287 – Saneamento Rural

4.1.3.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do Programa	Francisco Danilo Fortes (Presidente da Funasa)
Gerente Executivo	José Raimundo Machado dos Santos
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de cobertura de água em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%) Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas indígenas (%)
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos de reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos de floresta.

4.1.3.2. Principal Ação do Programa 1287 desenvolvida pela Core-AL

Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos

4.1.3.3. Gestão da Ação

4.1.3.3.1. Ação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais da Ação

Tipo da Ação	Orçamentária
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbi-mortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Presidência da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Engenharia Sanitária - CGESA
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos

Responsável Regional:	Roosevelt Patriota Cota
Responsável Técnico Regional:	Josival Salgueiro de Oliveira

4.1.3.3.1.2. Resultados de cobertura até 2007.

MELHORIAS EXISTENTES	Existentes em 2007	% Cobertura	Operação / Manutenção	Obs.
Nº aldeias	19	x	x	
Nº residências	2.490	100 %	x	
Sistemas de Abastecimento Água	13	68%	13	
Sistemas de Esgoto Sanitário	2	11%	2	
Módulos Sanitários Domiciliares	1.488	60%	-	
Reservatórios de Água	1.031	41%	-	
Pias de Cozinha	372	15%	-	
Tanques de Lavar Roupas	393	16%	-	
Filtros de Água Domiciliares	694	28%	-	
Lixeiros Domiciliares Adequados	x	x	x	Sem informação
Residências de taipa s/ reboco	x	x	x	Sem informação

Em 2007 houve alguns pequenos transtornos em relação à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgoto por causa dos processos de licitação para contratação de empresa com o objetivo de realizar essas manutenções. Até a contratação da empresa os trabalhos eram realizados pelos auxiliares de saneamento das áreas.

Muitas melhorias sanitárias são instaladas pelos próprios proprietários dos imóveis e são apurados através de Inquérito Sanitário Domiciliar, atividade esta que não foi realizada em 2007 devido a grande demanda de atribuições dos auxiliares de saneamento das áreas.

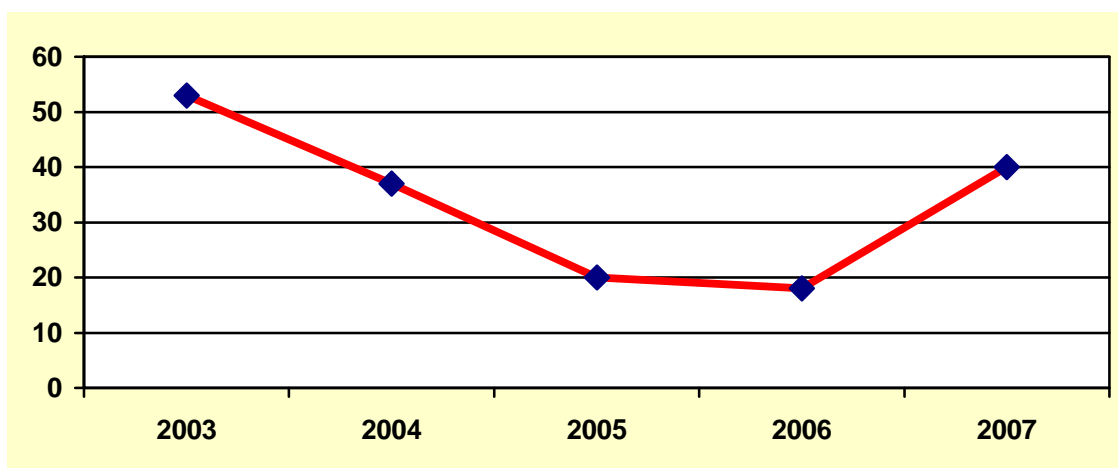
5. Desempenho Operacional

5.1. Saúde Indígena:

5.1.1. Mortalidade Infantil

Coeficiente de Mortalidade Infantil	2003	2004	2005	2006	2007
		53/1000	37/1000	20/1000	18/1000

Coeficiente de Mortalidade Infantil na área indígena de Alagoas e Sergipe no período de 2003 a 2007.



Fonte: Dsei Alagoas – Sergipe

Esse indicador de eficácia tem como utilidade medir o impacto das ações de saúde sobre a mortalidade infantil indígena de Alagoas e Sergipe.

Alguns indicadores epidemiológicos são melhores analisados quando se têm informações de vários períodos, porque há de se buscar causas em determinados espaços de tempo como, por exemplo: calamidades, epidemias, surtos isolados de doenças, deficiência da assistência prestada, etc.

Essa variação registrada entre os anos de 2003 a 2007 é esperada e condiz com a realidade do estado de Alagoas. O sinal vermelho só acenderá se o coeficiente for acima de 60/1.000.

Fórmula de cálculo = número de óbitos de crianças menores de ano dividido pelo número de nascidos vivos com o resultado multiplicado por 1.000, ou seja:

Nº de óbitos menores de ano	x 1.000
Nº de nascidos vivos	

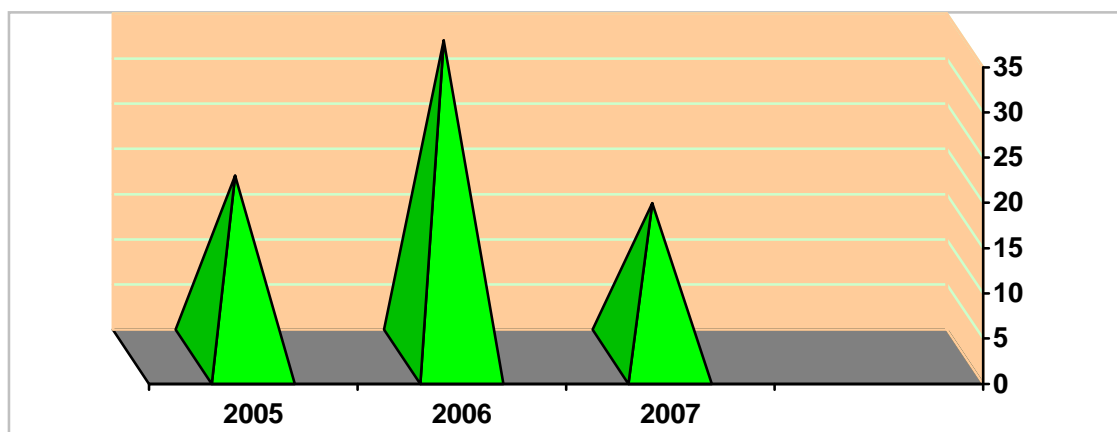
A aferição destes dados se dá entre os meses de julho de um ano a junho do ano seguinte por motivos definidos em estudos epidemiológicos.

Esses cálculos são elaborados pela equipe técnica do Dsei de AL-SE.

5.1.2. Tuberculose

Atividades do Programa de Tuberculose	2005	2006	2007
Nº de casos	02	03	02
Baciloscopias realizadas	15	40	17
Comunicantes controlados	03	12	10
Quimioprofilaxia	02	0	02
Casos encerrados por cura	02	02	02
Coefficiente Incidência	20/100.000	35/100.000	17/100.000

Tuberculose em Área Indígena de Alagoas e Sergipe no período de 2005 a 2007



Fonte: Dsei Alagoas - Sergipe.

Esse indicador de eficácia tem como utilidade medir o impacto das ações de saúde sobre a população indígena de Alagoas e Sergipe.

A meta para Core-AL é manter sob controle a incidência de Tuberculose Pulmonar tendo como referência o Índice de 35 casos / 100.000 habitantes.

Analisamos uma seqüência de anos pelo mesmo motivo apresentado para a mortalidade infantil.

Fórmula de Cálculo = número de casos novos de tuberculose, dividido pela população exposta, com o resultado multiplicado por 100.000, ou seja:

Coefficiente de Incidência de Tuberculose =

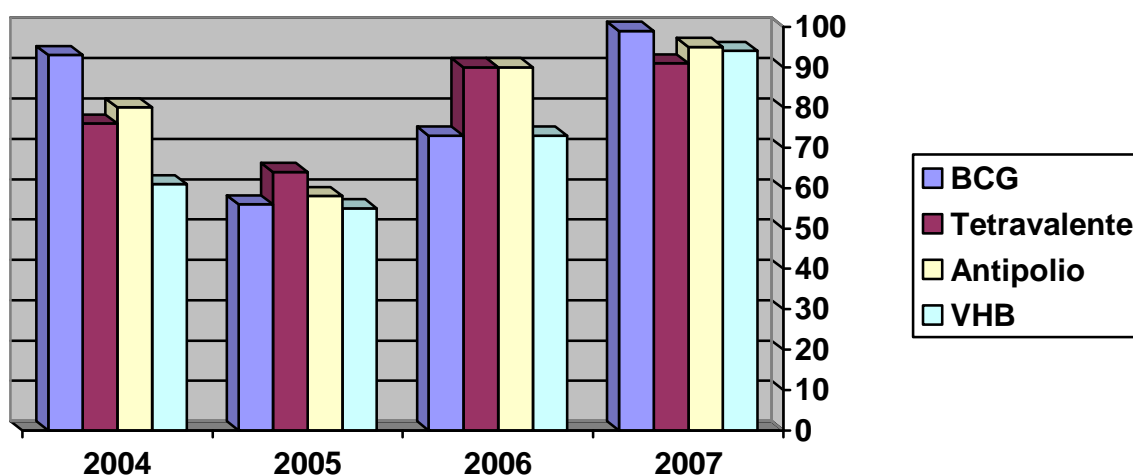
Nº de casos novos de tuberculose	x 100.000
População Indígena	

Esses cálculos são elaborados pela equipe técnica do Dsei de AL-SE

5.1.3. Cobertura Vacinal

Cobertura Vacinal em Menor de Ano de 2004 até 2006 e até 5 anos em 2007				
Vacinas	2004	2005	2006	2007
BCG	93%	56%	73%	99%
Tetravalente	76%	64%	90%	91%
Antipoliomielite	80%	58%	90%	95%
VHB	61%	55%	73%	94%
Média	77 %	58 %	81 %	95%

Cobertura Vacinal na Área Indígena de AL-SE no Período de 2004 a 2007



Fonte: Dsei Alagoas – Sergipe.

Esse indicador também de eficácia tem como utilidade medir o impacto das ações de saúde sobre a população indígena de Alagoas e Sergipe.

A meta para Core-AL é alcançar a cobertura vacinal adequada para menores de 05 anos de idade nas vacinas Antipoliomielite, Tetra/DTP, Hepatite B e BCG no Dsei Alagoas e Sergipe, com índice esperado para 2007 entre todas as vacinas de 90 % de cobertura.

O método de aferição desse indicador diz respeito ao número de doses aplicadas na população de 0 a 5 anos conforme indicação para cada vacina, por exemplo para vacina BCG é uma dose, para vacina antipoliomielite são três doses e assim por diante. Portanto só é contada para efeito de cobertura quando todas as doses indicadas para cada vacina são aplicadas na população alvo.

5.1.4. Vigilância Alimentar e Nutricional

Procedimentos	2006	2007
Crianças menores de 5 anos pesadas	1.720	7.332
Peso muito baixo	0,5 %	1%
Peso baixo	5 %	6%
Risco nutricional	7 %	11%
Peso normal (eutrófico)	82,5 %	77%
Risco de sobrepeso	5%	5%

Fonte: Dsei Alagoas – Sergipe

Esse indicador pode ser considerado de eficácia e efetividade porque o que se quer aqui é realizar vigilância permanente para o estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos e implementar ações imediatas para os classificados em peso muito baixo, peso baixo e risco nutricional.

A meta para Core-AL é implementar a Vigilância Alimentar e Nutricional no âmbito do Dsei Alagoas e Sergipe.

O método de aferição desse indicador é pesar pelo menos 02 vezes ao ano a população indígena de 0 a 5 anos de Alagoas e Sergipe.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Existe um Plano de Previdência Complementar – Caixa de Pecúlios, Assistência e Previdência dos Servidores da Ex-FSESP, inscrita no CNPJ sob o número 30.036.085/0001-97 – CAPESESP, destinada aos servidores e seus dependentes naturais, firmado através de convênio com a Presidência da Funasa em Brasília que têm todas as informações indicadas na Portaria nº 1.950 da CGU.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

A Coordenação Regional de Alagoas apenas administra a execução orçamentária tendo em vista ser os recursos descentralizados pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF para o Ministério da Saúde, deste para a Presidência da Funasa e desta para as Coordenações Regionais através de sub-repasse.

8. Operações de fundos

A Coordenação Regional de Alagoas não tem autonomia para operacionalizar esses fundos.

9. Conteúdos Específicos

9.1. Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do anexo II da DN-TCU-85/2007)

Cópias desses documentos foram encaminhados por malote da Astec/Auditoria-Interna da Presidência da Funasa e serão encaminhadas à CGU.

9.2. Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do anexo II da DN-TCU-85/2007)

Na Coordenação Regional de Alagoas no ano de 2007 não houve eventos dessa natureza.

9.3. Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do anexo X da DN-TCU-85/2007)

Cartão de Crédito Cooperativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
Não houve	Não houve	R\$ 8.395,27

Cartão de Crédito Cooperativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura:

Descrição da ocorrência:	Justificativas	Responsável	Valor R\$
Despesas com Assistência da Saúde dos Povos Indígenas	Aquisição de bens e Serviços	Vânio Gomes da Silva	2.396,27
Despesas com Assistência da Saúde dos Povos Indígenas	Aquisição de bens e Serviços	José Ribeiro Sobral	5.999,00

Cartão de Crédito Cooperativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
Não Houve	Não Houve	R\$ 168.440,00

Cartão de Crédito Cooperativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da Ocorrência	Justificativas	Responsável	Valor / R\$	
		JOSÉ NUNES DA SILVA – CPF – 088.149.884-04		
-Pagamento de despesas com honorários advocatícios de sucumbência	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872		6.321,15	
-Aquisição de combustível			718,97	
-Aquisição de material elétrico e eletrônico			1.998,71	
-Aquisição de material para manutenção de bens imóveis			1.450,84	
-Aquisição de materiais de expediente			216,92	
-Aquisição de material de limpeza e higienização			1.450,84	
-Aquisição de material de copa e cozinha				
-Publicações de editais			216,92	
-Aquisição de materiais de processamento de dados			669,87	
-Aquisição de material hospitalar			215,80	
-Serviços com manutenção de veículos			1,720,00	
-Aquisição de Ferramentas			679,00	
-Serviços de manutenção de bens imóveis			205,50	
-Serviços de conservação de			244,00	
				52,00
				370,00
			100,00	

máquinas de equipamentos			
-Taxas de emplacamento e Seguro Obrigatório -Aquisição de Combustível -Aquisição de Peças para manut. De veículos -Serv. De manutenção de veículos	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	VÂNIO GOMES DA SILVA – CPF- 099.247.954-15	3.000,00 5.654,95 2.371,83 6.286,80
-Aquisição de Medicamentos para pacientes indígenas	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	EUNICE RAMOS DA SILVA – CPF – 138.448.144-34	2.262,00
-Despesas com Hospedagens e Alimentação para pacientes Indígenas -Aquisição de Gêneros Alimentícios -Aquisição de Água Potável -Serv. De Manutenção de veículos -Urna Funerária para Índios	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	JOSÉ RIBEIRO SOBRAL – CPF – 167.031.464-20	23.999,12 2.934,02 4.800,00 1.000,00 1.150,00
-Aquisição de Peças para Manut.d e Veículos	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004	JOSÉ AMÂNCIO DE ALMEIDA FILHO – CPF – 178.016.804-72	4.538,48

-Aquisição de Combustível	art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872		3.441,69
-Serv. De Manutenção de Veículos			505,00

-Aquisição de Combustível	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	JOSÉ CLAUDIO DE MELO BRANDÃO – CPF – 331.151.334-72	6.347,98
-Pagamento de taxas de emplacamento de seguros de veículos			4.973,71
-Aquisição de Peças para manutenção de veículos			2.856,09
-Despesas com hospedagens e alimentação de pacientes indígenas em tratamento de saúde	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	JOSILENE DA SILVA LIMA - CPF – 346.608.014-20	8.000,00
-Despesas com Hospedagens e Alimentação de pacientes indígenas em tratamento de saúde	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	SUELI DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO – CPF – 374.186.967-87	11.228,00
-Urnas Funerárias			17.749,00
-Aquisição de Água Potável	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º,2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao	ROBSON FEITOSA SANTOS – CPF – 383.529.074-68	11.180,00
-Aquisição de Urnas Funerárias			2.170,00
-Transporte de Pacientes Indígenas-			17.100,00

	Decreto nº 93.872		
-Taxas de emplacamento de veículos e seguro obrigatório -Aquisição de Peças	Suprimento de Fundos concedido, conforme Portaria nº 747/2004 art. 1º, 2º § 1º - § 2º e artigo 3º, bem como, em obediência ao Decreto nº 93.872	RONALDO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – CPF – 411.409.664-72	4.735,69 10.445,80

9.4. Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do anexo II da DN-TCU-85/2007)

Como no item 9.1. Cópias desses documentos foram encaminhados por malote da Astec/Auditoria-Interna da Presidência da Funasa e serão encaminhadas à CGU.

9.5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício (conforme item I-1.3 do anexo X da DN-TCU-85/2007) (redação dada pela Portaria CGU nº 328/2008)

Como no item 9.1 e 9.4. Cópias desses documentos foram encaminhados por malote da Astec/Auditoria-Interna da Presidência da Funasa e serão encaminhadas à CGU.

9.6. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do anexo II da DN-TCU-85/2007) (incluída pela portaria CGU 328/2008).

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	00	00
Desligamento	00	00
Aposentadoria	07	04
Pensão	09	06

Os atos de aposentadoria e pensão praticados no 2º semestre de 2007 não foram cadastrados no SISAC em virtude de problemas ocasionados na rede local de informática.

Este problema já foi informado a CGU.